



Prefeitura do Município de Apucarana			
Superintendência de Licitações			
Processo Administrativo	52390/2025	Pregão Eletrônico	81/2025
Realização da Licitação	09:00 horas do dia 30/10/2025		
Tipo	Menor preço por Lote – Serviços		
Objeto	Contratação de Companhia de Seguro para prestação dos serviços de Seguro Automotivo para os veículos da frota da Prefeitura do Município de Apucarana, Autarquia Municipal de Educação, Autarquia de Serviços Funerários e Corpo de Bombeiros.		
Órgão	Prefeitura do Município de Apucarana – UASG 987425		

**Índice:**

- 1.0 Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento;
- 2.0 Da impugnação, dos esclarecimentos;
- 3.0 Das condições de liquidação, pagamento e reajuste;
- 4.0 Condições de participação;
- 5.0 Do credenciamento e do sistema eletrônico;
- 6.0 Do cadastramento da proposta;
- 7.0 Da abertura da sessão pública;
- 8.0 Da formulação dos lances;
- 9.0 Dos critérios de desempate;
- 10.0 Da negociação;
- 11.0 Do envio da proposta de preços;
- 12.0 Do julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora;
- 13.0 Da apresentação de amostra/catálogo;
- 14.0 Da habilitação;
- 15.0 Do encaminhamento da documentação de habilitação;
- 16.0 Da verificação da documentação de habilitação;
- 17.0 Dos recursos administrativos;
- 18.0 Da assinatura do Contrato;
- 19.0 Das sanções;
- 20.0 Da revogação e anulação;
- 21.0 Disposições gerais.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS
Email: <a href="mailto:licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br">licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br</a>



RESUMO DO EDITAL			
<b>1. Objeto:</b> Contratação de Companhia de Seguro para prestação dos serviços de Seguro Automotivo para os veículos da frota da Prefeitura do Município de Apucarana, Autarquia Municipal de Educação, Autarquia de Serviços Funerários e Corpo de Bombeiros.			
<b>2. Valor Máximo e condições de liquidação e pagamento:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>R\$ 1.251.467,78 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos);</li><li>Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação e pagamento.</li></ul>			
<b>3. Critério de julgamento:</b> Menor preço por lote			
<b>4. Ampla Concorrência</b>	<b>5. Exclusivo MEI/ME/EPP</b>	<b>6. Reserva de Lote MEI/ME/EPP</b>	<b>7. Amostra/Catálogo</b>
SIM (X) NÃO ( )	SIM ( ) NÃO (X)	SIM ( ) NÃO (X)	SIM ( ) NÃO (X)
<b>7. Plataforma eletrônica:</b> <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>			
<b>9. Do cadastro das propostas:</b> A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> , a partir da liberação do Edital, até as <b>09h00 do dia 30 de outubro de 2025</b> , horário de Brasília-DF.			
<b>10. Início da fase de lances:</b> A partir das <b>09h00 horas do dia 30 de outubro de 2025</b> , horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> , será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.			
<b>11. Da habilitação:</b> conforme o item 14 do edital.			
<b>11. Itens:</b> Conforme anexo IV do edital, sendo o Termo de Referência.			
<b>12. Prazo de execução:</b> Conforme anexo IV do edital, sendo o Termo de Referência.			
<b>13. Vigência do Contrato:</b> 12 (doze) meses.			

A **Prefeitura do Município de Apucarana**, inscrita no CNPJ SOB Nº 75.771.253/0001-68, sediada no Centro Cívico José Oliveira Rosa, 25, Edifício Cidade Alta, neste município, por intermédio dos agentes de contratação e dos pregoeiros, designados pelas Portarias nº **474/2024 de 29 de Outubro de 2024 e 73/2025 de 18 de Fevereiro de 2025**, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; Lei Municipal nº 058/2019; Lei Municipal nº 101/2019; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021; e suas alterações, legislação correlata e pelas normas do portal de compras governamentais ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), torna pública a realização de licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço – Lote – Serviços**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo IV**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Edital de Pregão Eletrônico	
52390/2025		81/2025	
Expedido em	14/10/2025		
Tipo	Menor Preço – Lote – Serviços		
Data inicial para acolhimento das propostas		Data final de cadastro das propostas e início da fase de lances	
16/10/2025		30/10/2025	
Hora da fase de lances		09:00	
Requisitante			
Ofício nº 583/2025 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos			

#### 1. Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento.

**1.1** A presente licitação tem por objeto abertura de processo licitatório para **Contratação de Companhia de Seguro para prestação dos serviços de Seguro Automotivo para os veículos da frota da Prefeitura do Município de Apucarana, Autarquia Municipal de Educação, Autarquia de Serviços Funerários e Corpo de Bombeiros**, de acordo com as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **Anexo IV**, que veicula o termo de referência.

**1.2** De acordo com o mapa de preços resta fixado em **R\$ 1.251.467,78 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos)**, o preço máximo estimado da futura contratação.

**1.3** A proposta final que consignar preços, mesmo que após as tentativas de negociações,

inclusive unitários, superiores aos fixados por este edital será desclassificada, conforme o §1º do Art. 61 da Lei Federal 14.133/2021.

**1.4** As despesas decorrente da contratação dos produtos de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

Manutenção da Frota de Veículos - 2133			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690300000000	Seguros de demais veículos públicos	000 – Recursos Ordinários (Livres)	249
Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano - 2015			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	104 - Educação 25%	270
Manutenção das Atividades e Estruturação do Funrebom - 2022			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690300000000	Seguros de demais veículos públicos	511 – Taxas – Prestação de Serviços	396
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - 2123			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	697
		104 – Educação 25%	711
		107 – Salário Educação	720
		1040 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAR	724
Transporte Escolar – Ensino Fundamental - 2126			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	729
		104 – Educação 25%	733
		107 – Salário Educação	737
		1013 – Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	740
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil – Creche - 2121			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	753
		103 – Educação 5%	765
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil – Pré escola - 2122			

Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	785
		103 – Educação 5%	797
		1056 – Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, inciso V, EC nº 123/2022 – Recursos Educação	805
Transporte Escolar – Ensino Infantil Pré-escola - 2127			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	103 – Educação 5%	808
Transporte Escolar – Educação Especial - 2128			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	103 - Educação 5%	822
Manutenção da Autarquia de Serviços Funerários - 2040			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690300000000	Seguros de demais veículos públicos	000 – Recursos Ordinários (Livres)	841

**1.5** O critério de julgamento da presente licitação é o de **menor preço por lote – serviços**.

## **2. Da impugnação, dos esclarecimentos**

**2.1** As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até o dia **27/10/2025**, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

**2.2** A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Apucarana, localizado no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, no horário das 08h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: [licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br).

**2.3** A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana, e disponibilizada no site [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br), no link

Transparência - Município de Apucarana.

**2.4** Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

**2.5** Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**2.6** Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br).

**2.6.1** O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**2.7** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**2.7.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**2.7.2** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **3. Das condições de liquidação, pagamento e reajuste**

#### **Da Liquidação:**

**3.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

**3.1.1** Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

Todos os contratos que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

**3.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**3.2.1** A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

**3.2.2** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

**3.2.3** Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

**3.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**3.4** O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

**3.5** Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

**3.6** O pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**3.7** É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**3.8** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

#### **Forma de pagamento**

**3.9** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**3.10** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.12** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Dos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro:**

**3.13 Do Reajustamento de Preços:** quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.



**3.13.1** A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

**3.14** O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

**3.14.1** Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

**3.14.2** O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o INPC, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**Observação:** Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**3.14.3** Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada a ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

**3.14.4** Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

**3.14.5** Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

**3.14.6** O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

**3.14.7** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de bens, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

**3.14.8** A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**3.15** Repactuação: é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do

contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

**3.15.1** Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

**Observação:** Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

**3.15.2** O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

**Observação:** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**3.15.3** As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

**3.16 Revisão:** fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

**3.16.1** Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimentos dos bens não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José

de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: [licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br).

**3.16.2** Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

#### **4. Condições de participação**

**4.1** Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

**4.1.1** Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

**4.1.2** Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

**4.1.3** Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

**4.1.4** Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Apucarana ou outra entidade deste Município;

**4.1.5** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.1.6** Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

**4.1.7** Cooperativa de mão de obra;

**4.1.8** Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

**4.1.9** Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Prefeitura do Município de Apucarana, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Executivo ou Legislativo do Município de Apucarana, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja agente de contratação, membro da comissão da comissão de contratação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

#### **5. Do credenciamento e do sistema eletrônico**

**5.1** Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado

de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.

**5.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.1.2 O número da UASG no sistema COMPRASGOV: 987425. É por este número que será encontrado o processo e poderá se cadastrar para a participação em todas as licitações da Prefeitura do Município de Apucarana.**

**5.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.5** A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

**5.5** Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente por parte do portal de compras, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail e chat aos participantes.

**5.6** No caso de desconexão apenas do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às proponentes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.8** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

**5.9** Caberá à proponente:

**5.9.1** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o todo o processo do



pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.

- 5.9.2** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 5.9.3** O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo plataforma responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.9.4** O credenciamento junto ao SICAF, implica a responsabilidade legal da proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

## **6. Cadastramento da proposta**

**6.1** A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), a partir da liberação do Edital, até as **09h00 do dia 30 de outubro de 2025**, horário de Brasília-DF.

**6.1.1** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste edital, **prevalecerão a do edital.**

**6.1.2** **ATENÇÃO! As Empresas que se cadastrarem no Programa de integridade (Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 12.304/2024), LEMBRAMOS! Que a Declaração Falsa sobre a existência do programa de integridade pode levar a penalidades severas, incluindo advertências, multas, impedimento de licitar e até declaração de inidoneidade.**

**6.2** O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**6.3** A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

**6.4** Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

## **7. Da abertura da sessão pública**

**7.1** A partir das **09h00** horas do dia **30 de outubro de 2025**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

**7.2** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.4** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.5** Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **8. Da formulação dos lances**

**8.1** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **aberto e fechado**.

**8.2** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**8.3** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**8.4** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

**8.4.1** Os lances deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real), admitindo-se para o valor, apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

**8.5** A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 0,01 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**8.6** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

**8.7** Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

**8.8** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.9** A fase de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

**8.10** Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

**8.11** Após o encerramento da recepção dos lances, o sistema eletrônico abrirá a oportunidade para que o licitante detentor da proposta de menor preço e os demais licitantes que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta possam ofertar lance final e fechado.

**8.12** O lance final de que trata o subitem anterior poderá ser ofertado em até 5 (cinco) minutos e será sigiloso até o encerramento desse prazo.

**8.13** Na ausência de, no mínimo, três ofertas na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.

**8.14** Em não havendo lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado.

**8.15** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

**8.16** As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.17** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

**8.18** Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.19** O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**8.20** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**8.21** Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

**8.22** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

## **9. Critérios de desempate**

**9.1** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Art. 154 do Decreto Municipal 936/2023, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**9.2** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

**9.3 Caso o edital tiver tratamento diferenciado e simplificado, conforme o Art. 155 do Decreto Municipal nº 936/2023, que concede o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Locais e Regionais de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, cujo objetivo é:**

- I) a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- II) a ampliação da eficiência das políticas públicas e;
- III) o incentivo à inovação tecnológica.

**9.3.1 De acordo com o Art. 2º da Lei Municipal nº 101/2019, para os benefícios previstos nesta lei ficam assim definidos geograficamente os termos "local" e "regional":**

I. **Local:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas em



todo território do Município de Apucarana - Estado do Paraná.

II. **Regional:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) sediadas em um dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, formada pelos Municípios de 1) Apucarana, 2) Arapuã, 3) Ariranha Do Ivaí, 4) Bom Sucesso, 5) Borrazópolis, 6) Califórnia, 7) Cambira, 8) Cruzmaltina, 9) Faxinal, 10) Godoy Moreira, 11) Grandes Rios, 12) Ivaiporã, 13) Jandaia Do Sul, 14) Jardim Alegre, 15) Kaloré, 16) Lidianópolis, 17) Lunardelli, 18) Marilândia Do Sul, 19) Marumbi, 20) Mauá Da Serra, 21) Novo Itacolomi, 22) Rio Bom, 23) Rio Branco Do Ivaí, 24) Rosario Do Ivaí, 25) São João Do Ivaí E 26) São Pedro Do Ivaí.

**9.3.2** Para o cumprimento do disposto no Art. 3º da Lei 101/2019, a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, em especial aquelas constantes dos Arts. 44 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente, os incisos I e III dessa lei.

**9.3.3** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

## **10. Negociação**

**10.1** Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.2** O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **11. Envio da proposta de preços**

**11.1** A proposta de preços equalizada **acompanhada da planilha de custos (de elaboração a cargo da própria da licitante)**, e, se for o caso, demais documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

**11.1.1** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**11.2** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**11.3** A proposta deverá conter:

**11.3.1** Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo I deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

**11.3.2** Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**11.3.3** Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

**11.3.4** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da licitação.

**11.4** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

**11.5** A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

**11.6** A apresentação da proposta implicará:

**11.6.1** Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

**11.6.2** Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para entrega dos bens, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Prefeitura do Município de Apucarana.

## **12. Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora**

**12.1** Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no subitem 4.1 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos cadastros indicados no subitem 14.16. do Edital.

**12.2** No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

**12.3** Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

**12.4** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Apucarana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**12.5** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**12.6** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**12.7** Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

**12.8** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**12.9** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133 de 2021, assim como no Decreto Municipal 936/2023, em seu Art. 136, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**12.9.1** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

**12.9.2** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

**12.9.3** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

**12.9.4** Verificação de notas fiscais dos serviços prestados pelo proponente;

**12.9.5** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

**12.9.6** Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

**12.9.7** Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

**12.9.8** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

**12.9.9** Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

**12.9.10** Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

**12.9.11** Estudos setoriais;

**12.9.12** Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

**12.9.13** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**12.10** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.11** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.12** A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

**12.13** Serão também desclassificadas as propostas:

**12.13.1** Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

**12.13.2** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

**12.13.3** Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

**12.13.4** Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

**12.13.5** Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

**12.14** Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**12.15** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **13. Da apresentação da amostra**

**13.1 Não se aplica ao objeto contratado.**

### **14. Habilitação**

**14.1** Para a habilitação dos licitantes será exigida a documentação relativa:

**14.1.1** À habilitação jurídica;

**14.1.2** À qualificação técnica;

**14.1.3** À qualificação econômico-financeira;

**14.1.4** À regularidade fiscal e trabalhista;

**14.1.5** Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**14.2** Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

**14.2.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.2.2** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.3** No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**14.2.4** No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**14.2.5** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**14.3 Documentos relativos à qualificação técnica:**

**14.3.1. Atestado de capacidade técnica operacional, em nome da proponente, com quantitativo de veículos compatível com o solicitado e que comprove a prestação satisfatória dos serviços de Seguro Automotivo contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, vidros (incluindo lanternas, faróis e retrovisores) e Assistência 24 (vinte e quatro) horas,**

**14.3.1.1.1** O atestado deverá conter os itens e as respectivas quantidades, bem como, informações necessárias para confirmação de sua autenticidade junto ao emissor.

**14.3.1.1.2** Quando existir dúvida em relação à veracidade do atestado, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, Demonstrativo de Resultados, devendo ser enviados por e-mail em até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação.

**14.3.1.1.3** Para a comprovação da qualificação técnica, servidores da Prefeitura poderão, a seu critério, visitar as instalações da proponente, devendo, na ocasião, serem comprovadas as informações solicitadas.

**14.3.2 Comprovação de Registro/Habilitação atualizada da Companhia de Seguros para o exercício da atividade no ramo de Seguro Automotivo, pertinente ao objeto da licitação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – SUSEP.**

**14.4 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

**14.4.1** Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo

distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**14.4.2** Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**14.4.2.1** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referente ao período de existência da sociedade;

**14.4.2.2** A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

**14.4.2.3** No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado de exercício e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial, do último exercício social.

**14.4.2.4** Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício social (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

**14.4.2.5** O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial do último exercício social ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

**14.4.2.6** Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação;

**14.4.2.7** O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**14.5 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

**14.5.1** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

**14.5.2** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**14.5.3** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**14.5.4** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

**14.5.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.



**14.6** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**14.7** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**14.8** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**14.9** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**14.10** A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**14.11** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

**14.12** Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

**14.13 Documentação complementar:**

**14.13.1** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**14.13.2** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

**14.13.3** Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

**14.13.4** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**14.13.5** Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do Artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/21;

**14.13.6** Para o fornecedor enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/21;

**14.13.7** Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art.1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

**14.13.8** Conforme o Art. 63 da Lei da Federal 14.133/21, a licitante, sob pena de desclassificação, deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**14.14** As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais.

**14.15** A licitante não pode possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e no Cadastro de Impedidos de

Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>), no Município de Apucarana.

**14.16** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.17** A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**14.18** Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos à:

**14.18.1** Habilitação jurídica;

**14.18.2** Qualificação econômico-financeira;

**14.18.3** Regularidade fiscal e trabalhista.

**14.19** O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.

**14.20** Ao licitante inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida no referido sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação.

**14.21** Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

**14.22** Todos os documentos deverão ser apresentados:

**14.22.1** Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

**14.22.2** Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

**14.22.3** Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**14.22.4** Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

**14.23** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

**14.24** Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

## **15. Encaminhamento da documentação de habilitação**

**15.1** Os documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF ou desatualizados nos cadastros anteriores, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

**15.1.1** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**15.2** A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

## **16. Verificação da documentação de habilitação**

**16.1** Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

**16.2** Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## **17. Recursos**

**17.1** Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

**17.2** Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**17.3** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**17.4** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:

**17.4.1** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

**17.4.2** Motivadamente, reconsiderar a decisão;

**17.4.3** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

**17.4.4** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.5** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

**17.6** Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

**17.7** A publicidade do julgamento dos eventuais recursos será no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, site: [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br).

## **18. Assinatura do contrato**

**18.1** Após a homologação da licitação, o contrato será enviado ao licitante vencedor para assinatura.

**18.2** Para a assinatura do contrato será exigido a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**18.3** Farão parte do contrato, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

**18.4** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do contrato, para devolvê-la assinado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**18.5** O prazo para devolução do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Prefeitura do Município de Apucarana.

**18.6** A pessoa que assinar o contrato deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

**18.7** Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar o contrato, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, a Prefeitura do Município de Apucarana adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

**18.8** As empresas vencedoras dos itens deverão comprovar em até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, a contratação dos aprendizes e matrícula dos mesmos nos cursos de aprendizagem, em conformidade com a Lei Municipal nº 58/2019 e o art. 99 do Decreto Municipal 936/2023, bem como o caput do art. 429 da CLT.

**18.8.1** Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

**18.9** A obrigação legal de contratação e matrícula de aprendizes nos cursos de aprendizagem para efeitos da Lei Municipal nº 58/2019 pode ser cumprida pela manutenção da quantidade mínima legal de aprendizes admitidos pelos licitantes previamente à licitação, conforme caput do art. 429 da CLT.

## **19. Sanções**

**19.1** De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**19.2** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

## **20. Revogação e anulação**

**20.1** Fica assegurado à Prefeitura do Município de Apucarana o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**20.2** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**20.3** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**20.4** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**20.5** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **21. Disposições gerais**

**21.1** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. A Prefeitura do Município de Apucarana não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.2** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no Artigo 64 da Lei Federal nº14.133/21.

**21.3** A Prefeitura do Município de Apucarana não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

**21.4** Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

**21.5** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

**21.6** Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

**21.7** Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

**21.8** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**21.9** Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**Prática corrupta**”: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) “**Prática fraudulenta**”: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “**Prática colusivas**”: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**Prática coercitiva**”: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**Prática obstrutiva**”: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Prefeitura do Município de Apucarana.

**21.10** Integram o presente Edital:

**Anexo I:** Modelo de Proposta de Preço;

**Anexo II:** Minuta do Contrato;

**Anexo III:** Termo de Referência.

**Município de Apucarana, XX de XXXXXXX de 2025.**

Rodolfo Mota

**Prefeito**

**Prefeitura do Município de Apucarana**



### Modelo de Proposta Comercial

**Dados da empresa proponente:**

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, DADOS BANCÁRIOS, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

Pela presente, apresentamos nossa proposta comercial para aquisição dos serviços abaixo descritos, conforme termos do edital de **Pregão Eletrônico nº XX/2025**.

Lote	Serviço	Mecânica/Marca	Categoria	De ano/até ano	Combustível	Valor total
###	##	#####	##	##	###	#####

**Valor total da proposta: R\$ 000,00 (Valor por extenso).**

**Observação:** A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**Validade da proposta: XX** (mínimo 90 dias corridos).

**Forma de pagamento:** De acordo com o contido no edital.

[ ] Nossa empresa **se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele artigo. (ou)

[ ] Nossa empresa **não se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

XXXXXXXXXXXXX, em xx de XXXXXXXXXXXX de xxxx

**Nome da empresa**

**CNPJ**

*Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)*

**Nota:** a proposta comercial deverá conter os dados desse modelo, e ser redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/XXXX	
Processo Administrativo nº 52390/2025	Pregão Eletrônico nº XX/2025

### 1. Cláusula Primeira: Das Partes

**1.1 A Prefeitura do Município de Apucarana**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada no Centro Cívico José Oliveira Rosa, 25, Edifício Cidade Alta, CEP 86.800-001, Apucarana, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.771.253/0001-68, neste ato representado pelo excelentíssimo senhor Prefeito, **RODOLFO MOTA DA SILVA**, brasileiro, casado, residente à Rua \*\*\*\*\*, Nº \*\*\*\*, Centro, neste Município, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 053.519.969-44 e Cédula de Identidade nº 7.748.290-3, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à XXXXXXXXXX, CEP XXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: [XXXXXXXXXX](#) doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

### Cláusula Segunda: Do Objeto

**2.1** Contratação dos serviços descritos na seguinte tabela:

Lote	Serviço	Mecânica/Marca	Categoria	De ano/até ano	Combustível	Valor total
###	##	####	##	##	###	####

### Cláusula Terceira: Do Regime e da Legislação Aplicável

**3.1** A presente relação jurídica contratual é disciplinada, integralmente, pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023, de 19/12/2023, os quais fundamentam o procedimento licitatório.

**3.2** Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitado as disposições da legislação constante desta cláusula, regulados pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo Art. 89 e Art. 90, da Lei 14.133/21.

**3.3** O contratante providenciará a publicação deste contrato, por extrato no Diário Oficial do Município e, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**Cláusula Quarta: Da contratação do menor aprendiz**

**4.1** A contratada deverá apresentar mensalmente ao fiscal do contrato relação nominal dos aprendizes contratados ou egressos para atendimento da Lei Municipal nº 58/2019;

**4.1.1** Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

**4.2** Havendo desligamento de algum aprendiz, a contratada deverá proceder sua comunicação ao fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias;

**4.2.1** Após o desligamento do aprendiz, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga em aberto em até 30 (trinta) dias para fins de cumprimento da Lei Municipal nº 58/2019;

**4.4** Na fiscalização da execução do contrato, a contratante poderá verificar a qualquer tempo e sem necessidade de aviso prévio o cumprimento da obrigação assumida pela contratada, tanto por tomada de contas documental quanto por diligência presencial, notificando por escrito a contratada em caso de constatação de alguma irregularidade para que a sane no prazo de 30 (trinta) dias;

**4.4.1** Uma vez notificada, a contratada poderá apresentar sua justificativa por escrito para apreciação da administração pública contratante no prazo de 10 (dez) dias;

**4.4.2** Apresentada a justificativa pela contratada, a administração pública contratante poderá considerar a irregularidade sanada ou persistente, hipótese em que deverá oficiar o Ministério Público do Trabalho para que tome ciência e adote as medidas que entender cabíveis para o cumprimento das obrigações trabalhistas;

**4.4.3** Sem prejuízo da informação dada ao Ministério Público do Trabalho, a administração pública contratante poderá aplicar multa administrativa à contratada infratora no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e no valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por aprendiz não contratado ou mantido em condições irregulares, adequado conforme a gravidade da irregularidade constatada e eventual reincidência, que será revertida exclusivamente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

**4.8** A autoridade responsável pela abertura do processo licitatório, após a emissão de parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do Município de Apucarana, deverá apreciar e

julgar eventual alegação de impedimento legal para a contratação de aprendizes, que poderá ser oposta por qualquer interessado em participar da licitação no mesmo prazo de impugnação ao edital, PROCURADORIA JURÍDICA, Fone: (43) 3122-1882, devendo registrar a súmula dessa decisão no processo licitatório;

**4.8.1** A decisão acima referida deverá observar a legislação federal aplicável à aprendizagem profissional e poderá se fundamentar na Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018, expedida pelo Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, sendo vedada a oposição à administração pública contratante de condições diversas estabelecidas por acordo individual ou negociação coletiva.

#### **Cláusula Quinta: Do Valor Contratual e das Despesas**

**5.1** O valor total do contrato é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

**5.1.1** O contratante se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

**5.2** As despesas decorrente da contratação dos produtos de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

<b>Manutenção da Frota de Veículos - 2133</b>			
<b>Sub. Elemento – descrição</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Referência</b>	
3339039690300000000	Seguros de demais veículos públicos	000 – Recursos Ordinários (Livres)	249
<b>Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano - 2015</b>			
<b>Sub. Elemento – descrição</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Referência</b>	
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	104 - Educação 25%	270
<b>Manutenção das Atividades e Estruturação do Funrebom - 2022</b>			
<b>Sub. Elemento – descrição</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Referência</b>	
3339039690300000000	Seguros de demais veículos públicos	511 – Taxas – Prestação de Serviços	396
<b>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - 2123</b>			
<b>Sub. Elemento – descrição</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Referência</b>	
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	697
		104 – Educação 25%	711
		107 – Salário Educação	720
		1040 – Transferências do FUNDEB – Complementação	724

		da União - VAAR	
Transporte Escolar – Ensino Fundamental - 2126			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	729
		104 – Educação 25%	733
		107 – Salário Educação	737
		1013 – Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	740
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil – Creche - 2121			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	753
		103 – Educação 5%	765
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil – Pré escola - 2122			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	102 – Fundeb 40%/ Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	785
		103 – Educação 5%	797
		1056 – Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, inciso V, EC nº 123/2022 – Recursos Educação	805
Transporte Escolar – Ensino Infantil Pré-escola - 2127			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	103 – Educação 5%	808
Transporte Escolar – Educação Especial - 2128			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690100000000	Seguros de veículos da educação/transporte escolar	103 - Educação 5%	822
Manutenção da Autarquia de Serviços Funerários - 2040			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339039690300000000	Seguros de demais veículos públicos	000 – Recursos Ordinários (Livres)	841

**5.4** A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25%

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/21. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em lei, salvo, às supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

#### **Cláusula Sexta: Das condições de liquidação, o pagamento e dos pedidos de reequilíbrio**

##### **Da Liquidação**

**6.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

**6.1.1** Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

Todos os contratos que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

**6.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.2.1** A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

**6.2.2** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

**6.2.3** Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de

**informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.**

**6.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**6.4** O pagamento será precedido de consulta ao SICAF ou aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

**6.5** Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

**6.6** O pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**6.7** É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**6.8** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I = Índice de atualização financeira;**

**TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso.**

#### **Da forma de pagamento**

**6.9** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.10** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.12** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6.13** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura do Município de Apucarana em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**6.14** O valor contratado poderá sofrer qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.

**6.15** O contratado, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o recebido dos bens solicitados pela administração ao contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

**6.16** A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

**Dos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro:**

**6.17 Do Reajustamento de Preços:** quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

**6.17.1** A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que



o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

**6.18** O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

**6.18.1** Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

**6.18.2** O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**Observação:** Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**6.18.3** Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido à revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

**6.18.4** Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

**6.18.5** Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

**6.18.6** O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

**6.18.7** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de bens, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

**6.18.8** A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**6.19 Repactuação:** é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de

obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

**6.19.1** Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

**Observação:** Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

**6.19.2** O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

**Observação:** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**6.19.3** As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

**6.20 Revisão:** fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

**6.20.1** Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimentos dos bens não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico:

licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

**6.20.2** Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

#### **Cláusula Sétima: Das Condições de Execução e Prazo**

**7.1** Os serviços deverão ter início **imediatamente** após o recebimento da Nota de Empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

**7.1.1** Os veículos que porventura necessitem de manutenção e reparos mecânicos, após realização do serviço, deverão ser entregues no Pátio de Máquinas Municipal, situado à Rua Piratininga, 355 – Jardim Ponta Grossa – Apucarana/PR, salvo comunicado antecipado e por escrito à contratada, para que a entrega seja realizada em outro local.

**7.2** A contratada deverá fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional ao Município.

**7.3** Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 110% (cento e dez por cento) do valor divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, podendo ser consultado pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), ficando vedada a utilização de qualquer outra tabela, salvo a que venha legalmente a substituir a mencionada.

**7.4** Relativamente à ocorrência de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no veículo novo por prazo não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do seu recebimento pela Prefeitura do Município de Apucarana, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por “valor do veículo novo”, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

#### **Da Apólice**

**7.5** A emissão deverá resultar em uma única apólice, com todas as informações usuais pertinentes ao documento para que não reste nenhuma dúvida nem prejuízos por falta de informações ao contratante, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante e deverá ser entregue diretamente na Prefeitura Municipal de Apucarana. No horário normal de expediente, das 08:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira, à exceção de

feriados. Nesse caso, juntamente com os cartões de identificação dos veículos no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**7.6** Deverá conter na apólice referenciada impreterivelmente:

**7.6.1** Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

**7.6.2** Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;

**7.6.3** Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado para cobertura casco de no mínimo 100% (cem por cento);

**7.6.4** Prêmios discriminados por cobertura;

**7.6.5** Franquia aplicável;

**7.7** Limites de indenização por cobertura:

**7.7.1** Responsabilidade Civil Facultativa (RCF)

a) Valor para indenização de Danos Materiais: R\$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais);

b) Valor para indenização de Danos Pessoais: R\$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais);

c) Valor para indenização de danos morais: R\$30.000,00 (Trinta mil reais).

**7.7.2** Acidente por passageiro (APP)

a) Valor para Indenização de Morte por Pessoa: R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);

b) Valor para indenização de Invalidez por Pessoa: R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);

**7.8** A apólice também deverá ser disponibilizada pela contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

**7.9** Após a disponibilização da referida apólice, o contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação da validade.

**7.10** Para a inclusão por endosso ou para correção de dados como: placa de veículos, classe de bônus, entre outros, poderá ser solicitado pela contratante a qualquer tempo e a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela contratante.

**7.11** O fato da companhia de seguro deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste

serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

**7.12** A contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste termo de referência.

#### **Da Avaria**

**7.13** Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria na vistoria de contratação do seguro, não será tal fato impeditivo para a contratação, sendo excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

**7.14** Após procedimento de recuperação pela contratante durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “cláusula de avaria”.

**7.15** Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de indenização integral.

**7.16** Caso a companhia de seguros deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

#### **Do Aviso de Sinistro**

**7.17** A contratada deverá colocar à disposição da contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, Central de Comunicação para aviso de sinistro.

**7.18** A Central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**7.19** Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**7.20** Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

#### **Da Franquia**

**7.21** A franquia considerada é a normal, devendo ser observado o seguinte:

**7.21.1** A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**7.21.2** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices e não excederá os limites máximos fixados nesta licitação, devendo também ser consideradas as informações e detalhes constantes das mesmas. Conforme análise por

veículos e seus devidos bônus (quando houver), poderão ser ofertadas franquias de valores menores.

**7.22** Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com a sua documentação atualizada relativa ao fisco (municipal, estadual e federal), à seguridade social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à companhia de seguros emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**7.22.1** Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

**7.23** Em caso de sinistro, onde a contratante não tenha dado causa ao mesmo, e o agente que bateu no veículo da contratante for o culpado pelo sinistro, deverá ser observado o seguinte:

**7.23.1** Se possuir seguro, esse agente deverá arcar com os serviços a serem executados e com a franquia;

**7.23.2** Se não possuir seguro, o mesmo deverá arcar com a franquia.

#### **Salvados**

**7.24** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da companhia de seguros.

**7.25** É de inteira responsabilidade da companhia de seguros contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratante junto aos órgãos pertinentes.

#### **Dos Sinistros**

**7.26** Dos riscos cobertos: “seguro total”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das Coberturas de Seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

**7.26.1** Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furtos, incluindo os vidros.

**7.26.2** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

**7.26.3** Raios e suas consequências.

**7.26.4** Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

**7.26.5** Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

**7.26.6** Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

**7.26.7** Submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

**7.26.8** Em casos de que trata o subitem acima, a companhia de seguros deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

**7.26.9** Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins.

**7.26.10** Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências.

**7.26.11** Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

**7.26.12** Responsabilidade civil facultativa (RCF – danos pessoais).

**7.26.13** Acidentes pessoais por passageiros – APP.

**7.26.14** Acessórios não referentes à som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

**7.26.15** Cobertura dos vidros, lanternas, faróis e retrovisores.

**7.26.16** Cobertura adicional de assistência 24 horas, sem limites de quilometragem, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Socorro mecânico emergencial no local;
- c) Reboque/guincho ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
- d) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- e) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

#### Regulação de Sinistro

**7.25** Ocorrendo sinistro, deverá ser feito o boletim de ocorrência (b.o.) e com o mesmo a companhia de seguros deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo

máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas conseqüências e concluir sobre a cobertura.

**7.26** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da companhia de seguros, a contratante poderá ser autorizar a realização de correção do dano, devendo a companhia de seguros arcar integralmente com o ônus da execução.

**7.27** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da contratante.

**7.28** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática e sem cobrança de prêmio adicional.

**7.29** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da contratante, não cabendo à contratada alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**7.30** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados do aviso de sinistro.

**7.31** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a Companhia de seguros ficara sujeita a multa diária correspondente a 2% do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

#### Da Indenização

**7.32** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da contratada.

**7.33** Os danos materialmente comprovados, causados pela companhia de seguros ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro, ou minorar o dano, ou salvar a coisa, serão de total responsabilidade da contratada.

**7.34** Na ausência de cobertura específica deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### Da Indenização Integral

**7.35** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

**7.36** Em caso de indenização integral, a contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.



**7.37** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade da companhia de seguros.

#### **Do Questionário de Avaliação de Risco**

**7.38** Os veículos são conduzidos exclusivamente por servidores da Prefeitura Municipal de Apucarana, incluindo autarquias e outros órgãos, além do Corpo de Bombeiros, de acordo com suas habilitações de condutores.

**7.39** A região de circulação onde os veículos trafegam habitualmente na maior parte do tempo é na cidade onde se localiza a sede da contratante, podendo circular frequentemente em cidades vizinhas, na capital deste Estado ou em outros Estados do território nacional.

#### **Da Inclusão e Substituição**

**7.40** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período de vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

**7.41** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a companhia de seguros deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**7.42** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de DAM, devendo a contratada enviar recibo devidamente quitado à contratante.

**7.43** Caberá à contratante, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### **Da Exclusão**

**7.44** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), e empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à contratante, mediante o cálculo considerando o valor global para 12 (doze) meses de contrato, descontando o número de meses restantes para o término da apólice, contado a partir da data da comunicação realizada pela contratante à contratada do referido seguro. Esta comunicação

poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**7.45** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

**7.46** O saldo a ser devolvido deverá ser feito mediante impressão e pagamento de DAM, devendo a contratada enviar recibo devidamente quitado à contratante.

**7.9** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**7.10** Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente no **momento da entrega/prestação**, pela fiscalização técnica, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta.

**7.10.1** Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos **de imediato, dada a natureza do objeto ou no prazo máximo de até 06 (seis) horas antes do evento**, caso haja tempo hábil, a partir a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.10.2** Os produtos/serviços serão recebidos definitivamente **ao fim da entrega/prestação**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**7.10.2.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**7.10.2.2** O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

**7.11** Os quantitativos serão solicitados à medida da necessidade, por parte da contratante, não sendo contabilizados aqueles decorrentes de recusa da prestação.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

**7.12** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Cláusula Oitava: Das Responsabilidades**

##### **Obrigações da Contratada**

**8.3** Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

**8.4** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência do contrato;

**8.5** Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

**8.5.1** Acatar as recomendações da fiscalização do **CONTRATANTE**, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

**8.5.2** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

**8.5.3** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.6** Disponibilizar e manter as condições (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da superintendência de seguros privados do Ministério da Fazenda SUSEP.

**8.7** Assumir as responsabilidades decorrentes das atribuições do objeto do contrato, bem como as disposições contratuais da apólice de seguro.

**8.8** Emitir apólice de seguro que contenha os dados do seguro, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que o identifiquem, observando as condições expressas no contrato e as normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**8.9** Fornecer a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**8.10** Indenizar à contratante, em caso de sinistro, até o total da importância segurada em, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega de toda documentação básica.

**8.11** Em caso de atraso no pagamento da indenização, não obstante as penalidades previstas no contrato, o valor será corrigido pela variação do INPC acumulado no período do atraso até a efetivação do pagamento.

**8.12** Informar à contratante, os procedimentos para liquidação dos sinistros, com especificação dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada tipo de cobertura, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Apenas nos casos de dúvida fundamentada e justificável, a contratada solicitará outros documentos.

**8.13** Facilitar o acesso dos fiscais do contrato ou de funcionários por ele designados, aos locais em que estiverem sendo executados os serviços.

**8.14** Executar os serviços em caráter prioritário, em razão do interesse público que os cercam;

**8.15** Informar em contrato e manter atualizados os números de telefone e e-mail, bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários;

**8.16** Garantir que todas as peças, serviços, procedimentos e instalações de reparos estejam em conformidade com as normas brasileiras (ABNT) e outras aplicáveis à espécie.

**8.17 Da contratante**

**8.17.1** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

**8.17.2** Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos bens;

**8.17.3** Comunicar, por escrito, à contratada a não entrega dos produtos, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

**8.17.4** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

**Cláusula Nona: Modelo de Gestão do Contrato**

**9.1** A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do mesmo e o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2** A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 223/2023.

**9.3** São indicados para fiscalização:

**Gestor:** Wendel Sulivan Metta, Secretário Municipal de Serviços Públicos, portador do CPF nº 080.518.059-17;

**Fiscal Administrativo:** Marcos Eduardo Bittencourt Bruce, Assistente Administrativo, portador do CPF nº 889.624.317-34;

**Fiscais Setoriais:**

Autarquia de Serviços Funerários – ASERFA: Gabriel de Souza Merett, portador do CPF nº 082.315.619-27;

Autarquia Municipal de Educação – AME: João Pedro Polizer Rizzato, portador do CPF nº 078.154.129-80.

**Cláusula Décima: Das Penalidades**

**10.** De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.1** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

**Cláusula Décima Primeira: Cláusulas Gerais**

**11.1** Os contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

**11.2** Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata/contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata/contrato;



- c) “**Prática colusivas**”: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**Prática coercitiva**”: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata/contrato;
- e) “**Prática obstrutiva**”: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Prefeitura do Município de Apucarana.

**Cláusula Décima Segunda: Do Foro**

**12.1** As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

**Município de Apucarana, XX de XXXXXX de XXXXXX.**

---

**Wendel Sulivan Metta**

Gestor do Contrato

---

**Marcos Eduardo Bittencourt Bruce**

Fiscal Administrativo

---

**Gabriel de Souza Merett**

Fiscal Setorial

---

**João Pedro Polizer Rizzato**

Fiscal Setorial

---

Empresa XXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO – MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**UNIFICADO**  
**(PREFEITURA – AME – ASERFA – CORPO DE BOMBEIROS)**

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1** Contratação de Companhia de Seguro para a **prestação dos serviços de Seguro Automotivo** para os veículos da frota da Prefeitura do Município de Apucarana, AME - Autarquia Municipal de Educação, ASERFA – Autarquia de Serviços Funerários e Corpo de Bombeiros, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, vidros (incluindo lanternas faróis e retrovisores) e Assistência 24 horas, via Pregão, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

**TABELA DE VALORES ESTIMADOS POR LOTE**

RELAÇÃO DOS LOTES						
LOTE	SERVIÇO	MECÂNICA / MARCA	CATEGORIA	DE ANO / ATÉ ANO	COMBUSTÍVEL	VALOR MÁXIMO / PRÊMIO R\$
1	SEGURO	TOYOTA	LEVES	1997/ <u>2025</u>	DIESEL	8.752,61
2	SEGURO	FORD - CAMINHÃO	PESADOS	1970/ <u>2025</u>	DIESEL	50.239,56
3	SEGURO	WOLKSWAGEM - CAMINHÃO	PESADOS	1998/ <u>2025</u>	DIESEL	96.328,49
4	SEGURO	MERCEDES BENZ - CAMINHÃO	PESADOS	1981/ <u>2025</u>	DIESEL	274.257,63
5	SEGURO	MARCOPOLO - ÔNIBUS	PESADOS	2008/ <u>2025</u>	DIESEL	220.123,78
6	SEGURO	IVECO - CAMINHÃO	PESADOS	2018/ <u>2025</u>	DIESEL	136.766,65
7	SEGURO	CITROEN	LEVES	2014/ <u>2025</u>	FLEX/DIESEL	38.951,37
8	SEGURO	RENAULT	LEVES	2004/ <u>2025</u>	FLEX/DIE EL	44.314,45
9	SEGURO	WOLKSWAGEM	LEVES	2005/ <u>2025</u>	FLEX/GASOLINA	105.715,67
10	SEGURO	FIAT	LEVES	2009/ <u>2025</u>	FLEX	18.512,89
11	SEGURO	CHEVROLET	LEVES	2008/ <u>2025</u>	FLEX/DIESEL	150.481,36
12	SEGURO	FORD	LEVES	2009/ <u>2025</u>	FLEX/DIE EL	64.054,53
13	SEGURO	CHERY	LEVES	2019/ <u>2025</u>	FLEX	2.166,25
14	SEGURO	MOTOCICLET S - HONDA	LEVES	1985/ <u>2025</u>	GASOLINA	13.335,92



15	SEGURO	MOTOCICLETAS - DAFRA	LEVES	2013/2025	GASOLINA	4.445,98
16	SEGURO	MITSUBISHI	LEVES	2017/2024	DIESEL	9.266,90
17	SEGURO	NISSAN	LEVES	2008/2009	DIESEL	7.278,00
18	SEGURO	ANG LA	LEVES	1998/1998	---	1.647,33
19	SEGURO	PEUGEOT	LEVES	2023/2024	FLEX	4.828,41

## RELAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE	PM	PLACA	VEÍCULO/MARCA	ANO/MODEL	COMBUSTÍVEL	SECRETARIA
1	365	AHC-0812	TOYOTA - BANDEIRANTES	1997/1997	DIESEL	SESP
	---	RHZ-9A44	TOYOTA - HILUX	2021/2021	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
2	55	AIA-3180	FORD 12.000	1998/1998	DIESEL	SESP
	91	AKO-4765	FORD CARGO FURGÃO	2002/2002	DIESEL	SEMA
	766	ANO-1849	FORD CARROCERIA ABERTA	1970	DIESEL	SESP
	61	ARX-7099	FORD CARGO 1317	2009/2009	DIESEL	SEINC
	166	APU-0529	FORD CARGO 1317	2007/2007	DIESEL	SESP
	167	APU-0530	FORD CARGO 1317	2007/2007	DIESEL	SESP
	588	BBV-8276	CARGO 816/5	2017/2018	DIESEL	SEGTRAN
	589	BBV-8275	CARGO 816 S	2017/2018	DIESEL	AME
3	169	CDL-5034	VOLKSWAGEN – PESADO - CAMINHÃO VW14.220	1998/1998	DIESEL	SESP
	355	AIX-1878	VOLKSWAGEN – PESADO - CAMINHÃO VW	1999/1999	DIESEL	SESP
	168	ARN-5419	VOLKSWAGEN – PESADO - VW EUROWORK	2007/2007	DIESEL	SESP
	802	RHO-OE99	VOLKSWAGEN – PESADO - VW 17.190 CRM 4X2	2021/2022	DIESEL S 10	SESP
	437	AZB-6878	VOLKSWAGEN – PESADO - VW 17.280 Constellation	2014/2015	DIESEL	SEC. AGRICULTURA
	765	RHM-2D92	VOLKSWAGEN – PESADO - VW 24.260 CRM 6x2	2021/2022	DIESEL	SESP
	381	AXM-4233	VOLKSWAGEN – PESADO - VW 15.190 EOD E.HD ORE	2013/2013	DIESEL	AME
	382	AXO-4091	VOLKSWAGEN – PESADO - VW 15.190 EOD E.HD ORE	2013/2013	DIESEL	AME
	---	BBQ-4519	VOLKSWAGEN – CONSTELLATION 17.330	2012/2012	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BDI-6D40	VOLKSWAGEN – PESADO – 17.280	2019/2020	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
4	252	AIX-1962	MERCEDES BENZ - 1113	1981/1981	DIESEL	SESP
	352	AIX-2062	MERCEDES BENZ - 1313	1986/1986	DIESEL	SESP
	358	AKT 7761	MERCEDES SPRINT	2002	DIESEL	SEGTRAN
	159	APT-4951	MERCEDES BENZ - L 1318 BASCULANTE	2007/2007	DIESEL	SESP
	160	APT-4940	MERCEDES BENZ - L 1318 BASCULANTE	2007/2007	DIESEL	SESP
	161	APT-4955	MERCEDES BENZ - L 1318 BASCULANTE	2007/2007	DIESEL	SESP





	163	APT-4943	MERCEDES BENZ - L 1318 BASCULANTE	2007/2007	DIESEL	SESP
	164	APT-4945	MERCEDES BENZ - L 1318 BASCULANTE	2007/2007	DIESEL	SESP
	165	APT-4950	MERCEDES BENZ - L 1318 BASCULANTE	2007/2007	DIESEL	SESP
	366	AOD-1883	MERCEDES BENZ - 1318	2006/2006	DIESEL	SESP
	517	BBA-8337	ERCEDES BENZ - ATEGO	2016/2016	DIESEL	SESP
	518	BBA-7398	ERCEDES BENZ - ATEGO	2016/2016	DIESEL	SESP
	519	BBA-7404	ERCEDES BENZ - ATEGO	2016/2016	DIESEL	SESP
	520	BBA-7405	ERCEDES BENZ - ATEGO	2016/2016	DIESEL	SESP
	521	BBA-7403	ERCEDES BENZ - ATEGO	2016/2016	DIESEL	SESP
	522	BBA-7401	ERCEDES BENZ - ATEGO	2016/2016	DIESEL	SESP
	801	RHQ 2D87	ERCEDES BENZ - ATEGO	2021/2021	DIESEL	SESP
	865	RHW-8C77	MERCEDES BENZ - ATEGO 1719	2021/2021	DIESEL	SEMA
	863	SDR-4J04	MERCEDES BENZ - ATEGO 1719	2022/2022	DIESEL	SEMA
	392	AXS-1752	MERCEDEZ BENZ - 15.190 EOD E.HD ORE	2013/2013	DIESEL	AME
	393	AXS-1H61	MERCEDEZ BENZ - 15.190 EOD E.HD ORE	2013/2013	DIESEL	AME
	394	AXS-1763	MERCEDEZ BENZ - 15.190 EOD E.HD ORE	2013/2013	DIESEL	AME
	395	AXS-2236	MERCEDEZ BENZ - 15.190 EOD E.HD ORE	2013/2013	DIESEL	AME
	669	BDK-0E36	MERCEDEZ BENZ CAIO LO 916.ORE	2019/2020	DIESEL	AME
	670	BDK-0E42	MERCEDEZ BENZ CAIO LO 916.ORE	2019/2020	DIESEL	AME
	671	BDK-0E54	MERCEDEZ BENZ CAIO LO 916.ORE	2019/2020	DIESEL	AME
	673	BDJ-8D31	MERCEDEZ BENZ - 515 CDI SPRINTER M	2019/2019	DIESEL	AME
	676	BDK-5J02	MERCEDEZ BENZ - 515 CDI SPRINTER M	2019/2019	DIESEL	AME
	683	BDM-7G88	MERCE EZ BENZ - 415 CDI SPRINTE RF	2019/2019	DIESEL	AME
	684	BDM-7G89	MERCE EZ BENZ - 415 CDI SPRINTE RF	2019/2019	DIESEL	AME
	---	TAP-3D93	MERCEDES-BENZ ATEGO 1733TRIEL B	2024/2025	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	---	SEL-9A53	MERCE ES-BENZ SPRINTER 416 FLASH AMB	2022/2022	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
5	180	AQW-7155	MICRO ÔNIBUS	2008/2008	DIESEL	FUNDAÇÃO CULTURAL
	181	AQW 7140	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SESP
	182	AQW-6761	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SESP
	183	AQW 6759	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SESP
	184	AQW-7132	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SESP
	185	AQW-7146	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SESP
	186	AQW-7188	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SEC. DA MULHER
	188	AQW-7163	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SEC. ESPORTES
	190	AQW-6762	MARCOPOLO - VOLARE V8 L MICRO	2008/2009	DIESEL	SESP
	431	AYP -5D56	MARCOPOLO - VOLARE WL ON	2014/2015	DIESEL	SEC. ESPORTES
	179	AQW-7182	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2008/2009	DIESEL	SEC. CULTURA
	530	BBA-9671	MARCOPOLO - VOLARE V8L EO	2016/2017	DIESEL	AME



	531	BBA-9676	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2016/2017	DIESEL	AME
	582	BBV-3086	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	583	BBV-3085	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	584	BBV-3084	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	585	BBU-9352	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	586	BBU-9353	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	587	BBU-9350	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	608	BCJ-3453	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2017/2018	DIESEL	AME
	609	BCJ-3454	MARCOPOLO - VOLARE V8ESC	2018/2018	DIESEL	AME
	641	BCZ-9G21	MARCOPOLO - VOLARE V8L 4X4 EO	2019/2019	DIESEL	AME
	642	BCZ-9G30	MARCOPOLO - VOLARE V8L 4X4 EO	2019/2019	DIESEL	AME
	---	AOI-7803	MARCOPOLO/VOLARE W8	2006/2007	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
6	600	BCG-3154	C MINHÃO IVECO TECTOR	2018/2018	DIESEL S 10	SESP
	662	BDH-7A43	CAMINHÃO IVECO/DAILY	2019/2019	DIESEL S 10	SESP
	663	BDH-7A45	CAMINHÃO IVECO/DAILY	2019/2019	DIESEL S 10	SESP
	664	BDH-7A46	CAMINHÃO IVECO/DAILY	2019/2019	DIESEL S 10	SESP
	665	BDH-9A13	CAMINHÃO IVECO/DAILY	2019/2019	DIESEL S 10	SESP
	685	BDN-7F58	CAMINHÃO IVECO	2018/2018	DIESEL s 10	SESP
	460	BBC-3087	MICRO-ONIBUS IVECO/DAILY 45S17 MINIBUS	2016/2017	DIESEL	SEC. ESPORTES
	877	SCK 7A84	CAMINHÃO IVECO TECTOR 150E 21	2022/2023	DIESEL S 10	SESP
	878	SCK 7D74	CAMINHÃO IVECO TECTOR 150E 21	2022/2023	DIESEL S 10	SESP
	879	SER 4C 16	CAMINHÃO IVECO TECTOR 150E 21	2022/2023	DIESEL S 10	SESP
	880	SER 4D62	CAMINHÃO IVECO TECTOR 150E 21	2022/2023	DIESEL S 10	SESP
	534	BBD-0434	IVE O - DAILY 50C17 MINIBUS	2016/2016	DIESEL	AME
	535	BAY-9499	IVE O - DAILY 50C17 MINIBUS	2016/2017	DIESEL	AME
	536	BBD-0433	IVE O - DAILY 50C17 MINIBUS	2016/2016	DIESEL	AME
	577	BBS-5023	IVECO - DAILY 35S14HDG FURG	2017/2018	DIESEL	AME
	578	BBS-5025	IVECO - DAILY 35S14HDG FURG	2017/2018	DIESEL	AME
7	706	PBX-0B76	CITROEN - AIR CROSS	2019/2020	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	887	SET-8D61	CITROEN - C3 LIVE PACK 1.0 MT	2023/2023	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	888	SET-8D62	CITROEN - C3 LIVE PACK 1.0 MT	2023/2023	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	959	TBH-9A25	CITROEN - C3 LIVE 1.0	2025/2025	FLEX	SECRETARIA DA MULHER
	889	SET-8D63	CITROEN - C3 LIVE PACK 1.0 MT	2023/2023	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	945	TAR-5I81	CITROEN - C3 LIVE 1.0 MT	2024/2025	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	936	TAM-2A26	CITROEN - C3 LIVE 1.0 MT	2024/2025	FLEX	SEMA
	916	SFI-2J65	CITROEN - C3 LIVE PK 1.0	2024/2024	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL



	402	AXZ-5030	CITROEN - JUMPER – F35LH235	2013/2014	DIESEL	ASERFA
	410	AXZ-9775	CITROEN - JUMPER GREENCAR ES	2013/2014	DIESEL	AME
	661	BDF-9A72	CITROEN - BERLINGO FGPL	2018/2019	DEISEL	AME
8	463	AZS-2625	RENAULT – LOGAN	2015/2015	FLEX	SEC. GESTÃO PÚBLICA
	622	BCR-1293	RENAULT MASTER	2018/2018	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	726	BEC-3A49	RENAULT - SANDERO	2020	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	743	BEP-5C69	RENAULT - OROCK	2020/2021	FLEX	SEC. AGRICULTURA
	909	AQY-6D82	RENAULT - LOGAN 1.6	2008/2008	FLEX	SEC. FAZENDA
	908	AQV-3B16	RENAULT - LOGAN 1.6	2008/2008	FLEX	SEC. FAZENDA
	907	AQY-6C35	RENAULT - LOGAN 1.6	2008/2008	FLEX	SEGTRAN - GM
	411	AYE-0479	RE AULT - MASTER FUR L2H2	2013/2014	DIESEL S10	AME
	---	AYW-5368	RENAULT MASTER FURGAO L3H2	2013/2014	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BBI-8168	RENAULT DUSTER 2.0 D 4X2	2017/2017	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BAU-3747	RENAULT MASTER 2.3 DCI	2016/2017	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
9	---	BBR-7048	RENAUL FLUENCE SEDAN DYNAMIQUE 2.0 16V FLEX AUT.	2017/2018	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	23	ARF-7439	VOLKSWAGEM - GOL G V	2008/2008	FLEX	SEC. FAZENDA
	45	ARB-0533	VOLKSWAGEM - GOL	2009	FLEX	SESP
	52	ARO-3169	VOLKSWAGEM - GOL 1.0 G IV	2009/2009	FLEX	SEC. FAZENDA
	439	AZG-6508	VOLKSWAGEM - GOL SPECIAL MB	2014/2015	FLEX	SEC. GESTÃO PÚBLICA - DTI
	64	ARW-4696	VOLKSWAGEM - GOL 1.0 G V	2009/2009	FLEX	SEC. FAZENDA
	149	AMY-6181	VOLKSWAGEM - KOMBI	2005/2005	GASOLINA	SEGTRAN
	175	AQN-9803	VOLKSWAGEM - KOMBI	2008/2008	FLEX	SERVIÇOS PÚBLICOS
	177	AQN-9793	OLKSWAGEM - KOMBI	2008/2008	FLEX	SEGTRAN
	242	ANJ-2431	VOLKSWAGEM - KOMBI	2005/2005	GASOLINA	SEC. DA MULHER
	418	AYG-8742	VOLKSWAGEM - SAVEIRO	2014/2014	FLEX	SEC. AGRICULTURA
	419	AYG-8743	VOLKSWAGEM - SAVEIRO	2014/2014	FLEX	SEC. AGRICULTURA
	524	BBA-7944	VOLKSWAGEM - SAVEIRO	2016/2017	FLEX	AME
	420	AYI-9420	VOLKSWAGEM - VOYAGE 1.6 TRENDLINE	2014/2014	FLEX	SEC. ESPORTES
	435	AZB-6876	VOLKSWAGEM - SAVEIRO	2014/2014	FLEX	SESP
	525	BAY-1238	VOLKSWAGEM - SAVEIRO	2016/2016	FLEX	AME/ SEC MULHER
	529	BAY-2720	VOLKSWAGEM - GOL TRENDLINE 1.0	2016/2017	FLEX	PREFEITURA
	597	BCA-5362	VOLKSWAGEM - GOL	2018/2018	FLEX	SINE/TRABALHO
	621	BCQ-4930	VOLKSWAGEM - GOL	2018/2018	FLEX	ASSISTÊNCIA SOCIAL
	634	BCV-2H80	VOLKSWAGEM - FOX	2018/2018	FLEX	SEMA
	675	BDI-9J54	VOLKSWAGEM - GOL 1.0 MCL	2019/2019	FLEX	SEC. CULTURA
	847	SDU-9D19	VOLKSWAGEM - GOL G7	2022/2023	FLEX	SEMA
	915	SFH-9C99	VOLKSWAGEM - SAVEIRO CS RB MF	2024/2024	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL



	434	AZA-4380	VOLKSWAGEN - SAVEIRO	2014/2015	FLEX	SEC. DE AGRICULTURA
	509	BBO-7496	VOLKSWAGEN - GOL TRENDLINE	2017/2018	FLEX	PREFEITURA
	950	TBD - 4D74	VOLKSWAGEN - VIRTUS	2025/2025	FLEX	SECRETARIA DA MULHER
	526	BAY 2724	VOLKSWAGEN - SAVEIRO RB	2016/2017	FLEX	SEC. CULTURA
	527	BAY 2722	VOLKSWAGEN - SAVEIRO RB	2016/2017	FLEX	SEC. ESPORTES
	248	AVP-5962	VOLKSWAGEN - KOMBI	2012/2012	FLEX	SEC. GESTÃO PÚBLICA
	528	BAY-2726	VOLKSWAGEN - NOVO GOL TLMCV	2016/2017	FLEX	ASERFA
	851	SDZ-4I69	VOLKSWAGEN - SAVEIRO CS RB MPI	2022/2023	FLEX	AME
	852	SDZ-4I70	VOLKSWAGEN - SAVEIRO CS RB MPI	2022/2023	FLEX	AME
	853	SDZ-4I71	VOLKSWAGEN - SAVEIRO CS RB MPI	2022/2023	FLEX	AME
	854	SDZ-4J08	VOLKSWAGEN - SAVEIRO CS RB MPI	2022/2023	FLEX	AME
	867	SEB-6H59	VOLKSWAGEN - SAVEIRO CS RB MPI	2022/2023	FLEX	AME
	---	AZT-4969	VOLKSWAGEN GOL	2015/2016	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
	---	AVZ-8138	VOLKSWAGEN PARATI	2012/2013	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BAA-3822	VOLKSWAGEN SAVEIRO	2015/2016	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
10	377	EGC-0947	FIAT IDEA	2009/2009	FLEX	PREFEITURA
	384	AXQ-6356	FIAT PALIO FIRE ECONOMY	2013/2013	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	385	AXQ-6358	FIAT PALIO FIRE ECONOMY	2013/2013	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	386	AXQ-6361	FIAT PALIO FIRE ECONOMY	2013/2013	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	479	AZZ-3578	IAT STRADA WORKING	2015/2015	FLEX	SEMA
	---	BEM-9G54	FIAT DUCATO VAN	2020/2020	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
11	343	AVO-9134	CHEVROLET - CELTA 1.0	2012/2012	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	344	AVP-6931	CHEVROLET - CELTA 1.0	2012/2012	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	383	AXP-4849	CHEVROLET - CLASSIC	2013/2013	FLEX	PREFEITURA
	396	AXT-4581	CHEVROLET - COBALT	2013/2013	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	398	AXX-2339	CHEVROLET - CELTA	2013/2014	FLEX	SESP
	399	AXX-2340	CHEVROLET - CELTA	2013/2013	FLEX	SEC. OBRAS
	400	AXY-8860	CHEVROLET - CLASSIC LS	2013/2013	FLEX	SEC. GESTÃO PÚBLICA
	413	AYD-5381	CHEVROLET - CELTA 1.0 LT	2014/2014	FLEX	SEC. DA MULHER
	426	AYP-6814	CHEVROLET - CLASSIC LS	2014/2014	FLEX	PREFEITURA
	456	AZH-0282	CHEVROLET - SPIN 1.8	2014/2014	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	475	AZT-0567	CHEVROLET - CLASSIC LS	2014/2014	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	512	BAW-1136	CHEVROLET - MONTANA	2016/2017	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	513	BAW-1137	CHEVROLET - ONIX	2016/2017	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	514	BAW-1138	CHEVROLET - ONIX	2016/2017	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	515	BAW-1140	CHEVROLET - ONIX	2016/2017	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	544	BBJ-0348	CHEVROLET - CAMINHONETE S10	2017/2017	DIESEL	SESP
	545	BBJ-0346	CHEVROLET - CAMINHONETE S10	2017/2017	DIESEL	SESP
	666	BDH-7A31	CHEVROLET - MONTANA	2019/2019	FLEX	SEC. FAZENDA



	672	BDH-7H42	CHEVROLET - PRISMA	2019/2019	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	704	BDT-5J86	CHEVROLET - ONIX 1.0 MT JOY	2019/2019	FLEX	SEC. OBRAS
	709	BDY 8G81	CHEVROLET - SPIN	2019/2020	FLEX	SEGTRAN - GM
	710	BDY 8G72	CHEVROLET - SPIN	2019/2020	FLEX	SEGTRAN - GM
	744	BER 4A71	CHEVROLET - MONTANA	2020/2021	FLEX	SESP
	745	BER 4A76	CHEVROLET - MONTANA	2020/2021	FLEX	SEMA
	761	RHE 3B88	CHEVROLET - MONTANA	2021/2021	FLEX	SEC. AGRICULTURA
	762	RHI-4D19	CHEVROLET - JOY SEDAN	2021/2021	FLEX	SEC. FAZENDA
	911	APH -2G20	CHEVROLET - ASTRA SEDAN	2007/2008	FLEX	PREFEITURA
	429	AYP-6817	CHEVROLET - CLASSIC	2014/2015	FLEX	PREFEITURA
	430	AYP-6818	CHEVROLET - CLASSIC	2014/2015	FLEX	PREFEITURA
	338	AUY-7713	CHEVROLET - CLASSIC	2011/2011	FLEX	PREFEITURA
	482	AZY-9194	CHEVROLET - PRISMA	2015/2016	FLEX	PREFEITURA
	484	AZY-9206	CHEVROLET - PRISMA	2015/2016	FLEX	PREFEITURA
	485	AZY-9207	CHEVROLET - PRISMA	2015/2016	FLEX	PREFEITURA
	538	BBC-7750	CHEVROLET - ONIX	2016/2017	FLEX	PREFEITURA
	539	BBC-7753	CHEVROLET - ONIX	2016/2017	FLEX	PREFEITURA
	848	SDV-5A56	CHEVROLET - TRACKER LT	2022/2023	FLEX	GABINETE DO PREFEITO
	540	BBC-7758	CHEVROLET - ONIX	2016/2017	FLEX	PREFEITURA
	701	BDJ-4A26	CHEVROLET - SPIN 18 L MT LT	2019/2019	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	603	AWK-0091	CHEVROLET - PRISMA	2010/2011	FLEX	ASERFA
	489	BAE-9G80	CHEVROLET - S10	2015/2016	DIESEL	ASERFA
	705	BDU-7A98	CHEVROLET - S10	2019/2020	DIESEL	ASERFA
	619	BCO-1347	CHEVROLET - MONTANA	2018/2019	FLEX	ASERFA
	436	AZE-1728	CHEVROLET - PRISMA 1.4MT LT	2014/2015	FLEX	AME
	789	RHR-1C92	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	790	RHR-1C86	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	791	RHR-1C91	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	792	RHR-1C95	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	793	RHR-1C87	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	799	RHS-8B93	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	800	RHS-9F82	CHEVROLET - ONIX ASP 1.0 LT	2022/2022	FLEX	AME
	---	ASW-0849	CHEVROLET CORSA	2010/2011	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BDZ-8G94	CHEVROLET CRUZE LT	2019/2019	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BEC-4D42	CHEVROLET CRUZE LT	2019/2019	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
	---	BDZ-8G96	CHEVROLET CRUZE LT	2019/2019	FLEX	CORPO DE BOMBEIROS
12	370	AVQ-9E89	FORD - FIESTA 1.0	2012/2012	FLEX	SESP
	379	AXN-4689	FORD - TRANSIT 350L BUS	2013/2013	DIESEL	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	380	AXN-4690	FORD - TRANSIT 350L BUS	2013/2013	DIESEL	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL



	579	BBU-5127	FORD - ECOSPORT	2017/2017	FLEX	GABINETE DO PREFEITO
	667	BDI-0D68	FORD KA 1.0	2019/2019	FLEX	SEC. FAZENDA
	668	BDI-0D69	FORD KA 1.0	2019/2019	FLEX	SEC. FAZENDA
	674	BDI-8E30	FORD KA	2019/2019	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	686	BDN-9E74	FORD KA	2019/2019	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	906	SEW-3E26	FORD - TRANSIT 406 B	2023/2023	FLEX	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	654	BDE-8E33	FORD - KA SE	2019/2019	FLEX	PREFEITURA
	917	SFM-0F49	FORD - TRANSIT 460 B	2024/2024	DIESEL	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	652	BDE-8E31	FORD - KA SE	2019/2019	FLEX	SEGTRAN - GM
	656	BDE-8E37	FORD - KA SE	2019/2019	FLEX	SEGTRAN - GM
	657	BDE-8E40	FORD - KA SE	2019/2019	FLEX	SEGTRAN - GM
	653	BDE-8E32	FORD - KA SE	2019/2019	FLEX	PREFEITURA
	910	ASI-8I56	FORD - FIESTA 1.6	2009/2010	FLEX	PREFEITURA
	346	AVP-5968	FORD - RANGER XLS	2012/2012	GASOLINA	ASERFA
	347	AVP-5966	FORD - COURIER/L1.6(pickup)	2012/2012	FLEX	ASERFA
13	660	BDG-3E60	CHERY QQ	2019/2019	FLEX	PREFEITURA
14	155	AIW-6773	MOTO HONDA - CG 125 TITAN	1999/1999	GASOLINA	SESP
	231	AIM-6856	MOTO HONDA - CG 125	1985/1985	GASOLINA	SESP
	362	AHU-3447	MOTO HONDA - TITAN KS 125	1998/1998	GASOLINA	SESP
	49	ARH-5404	MOT HONDA - XR TORNADO 250	2008/2008	GASOLINA	SESP
	50	ARH-5407	MOT HONDA - XR TORNADO 250	2008/2008	GASOLINA	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
	331	AVF-3907	OTO HONDA - XRE 300	2011/2011	GASOLINA	SEGTRAN - GM
	332	AVF-3913	OTO HONDA - XRE 300	2011/2011	GASOLINA	SEGTRAN - GM
	333	AVF-3914	OTO HONDA - XRE 300	2011/2011	GASOLINA	SEGTRAN - GM
	334	AVF-3912	OTO HONDA - XRE 300	2011/2011	GASOLINA	SEGTRAN - GM
	335	AVF-3908	OTO HONDA - XRE 300	2011/2011	GASOLINA	SEGTRAN - GM
15	387	AXQ-6337	DAFRA - APACHE RTR 150	2013/2013	GASOLINA	SESP
	389	AXQ-6353	DAFRA - APACHE RTR 150	2013/2013	GASOLINA	SEC. ESPORTES
16	914	AWU-6797	MITSUBISHI - L200 TRITON	2013/2013	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	421	AWT-2448	MITSUBISHI - PAJERO	2013/2013	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
17	15	BBF-3E23	NISSAN - FRONTIER	2016/2016	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
	21	BBF-3E32	NISSAN - FRONTIER	2016/2016	DIESEL	CORPO DE BOMBEIROS
18	---	AHZ-7647	ANGOLA - REBOQUE DE BARCO	1998/1998	---	CORPO DE BOMBEIROS
19	914	SFF-5G99	PEUGEOT - EXPERT - VAN	2023/2024	FLEX	ASERFA



**1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no Art. 20 da Lei nº 14.133/21.

**1.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4** O objeto desta contratação será parcelado em lotes, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem do seu interesse.

**1.5** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura e poderá ser prorrogado sucessivamente por interesse das partes, desde que comprovado o preço vantajoso, respeitada a vigência máxima de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.6** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.7** É VEDADA EXPRESSAMENTE A SUBCONTRATAÇÃO (PARCIAL/TOTAL) E A TERCEIRIZAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO, com base no § 2º do art. 122 da Lei 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Considera-se que os Contratos de Prestação de Serviços vigentes dos órgãos relacionados no item 1.1 deste termo encontram-se executados ou em execução, com término de vigências iminentes, próximos, previstos e que estes serviços são essenciais à efetividade da frota de veículos que dão suporte aos inúmeros serviços prestados à cidade e aos cidadãos. Segue, abaixo, a relação dos respectivos contratos por órgão:

**2.1.1** SESP - Processo Administrativo nº 21879/2020, Contrato de Prestação de Serviços nº 77/2020 e Aditivos, Pregão Eletrônico nº 47/2020;

**2.1.2** ASERFA - Processo Administrativo nº 52497/2024, Contrato de Prestação de Serviços nº 012/2024, Pregão nº 005/2024;

**2.1.3** AME - Processo Administrativo 156/2023, 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 09/2023 , Pregão nº 02/2023.





**2.2** A referida contratação justifica-se pelo fato de que o Município depende de sua frota de veículos leves e pesados em perfeitas condições de uso e trafegabilidade, para que se propicie confiança e segurança aos motoristas, passageiros e transeuntes, bem como aos bens públicos e privados, mantendo-se, assim, em pleno funcionamento, os inúmeros serviços, muitos deles essenciais, que se utilizam destes veículos nas operações cotidianas de todas as secretarias municipais e outros órgãos da administração, cumprindo, desta forma, com seus deveres precípuos junto à municipalidade, em atendimento às políticas públicas e programas de governo, prestando pleno suporte e garantias de continuidade de serviços essenciais e contínuos, com o objetivo do aumento da qualidade de vida, bem-estar dos cidadãos e progresso do município em todas as áreas.

**2.3** Justifica-se, também, pela necessidade de cobertura de seguro total destas unidades da frota de veículos por estes circularem constantemente em vias de tráfego intenso e rodovias, estando sujeitos à ocorrência de sinistros, incorrendo em riscos de indenizações por danos pessoais e materiais aos ocupantes dos veículos e/ou terceiros e até mesmo à vida.

**2.4** Consideramos ainda que a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para os veículos deste município visa, além de deixá-los em condições ideais para uso, preservar a vida útil dos mesmos, preservando o patrimônio municipal, reduzindo o fator de depreciação, estando aptos e tornando-os eficientes, eficazes e efetivos para os serviços prestados.

**2.5** Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo os veículos ferramentas indispensáveis para a execução das tarefas diárias da Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias, justificando de forma imprescindível o interesse público.

**2.6** Estima-se a necessidade de contratação dos lotes de acordo com as quantidades baseadas na experiência de contratações anteriores, através dos processos relacionados no item 2.1, bem como na relação atual de veículos ativos pertencentes à frota, definidas após análises das demandas passadas e previsão das demandas futuras para um período de 12 meses, ressaltando que decidiu-se pelo considerável incremento, após decisão estratégica da gestão municipal em unificar a contratação conforme item 1.1.





### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

**4.1** Embora não haja impacto ambiental na implantação da solução que demande algum tipo de adequação do ambiente, a contratada será responsável, durante a vigência do Contrato, pelo recolhimento e descarte de quaisquer resíduos que possam ser produzidos na execução dos serviços e que possam causar algum tipo de impacto ambiental, conforme o contido na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

#### **Garantia da contratação**

**4.2** Não haverá exigência de garantia de execução contratual, salvo aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Alguns serviços têm tempo de garantia mínima previstos em legislação específica.

#### **Obrigações da Contratada**

**4.3** Disponibilizar e manter as condições (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da superintendência de seguros privados do Ministério da Fazenda – SUSEP.

**4.4** Assumir as responsabilidades decorrentes das atribuições do objeto do contrato, bem como as disposições contratuais da apólice de seguro.

**4.5** Emitir apólice de seguro que contenha os dados do seguro, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que o identifiquem, observando as condições expressas no contrato e as normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**4.6** Fornecer a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias.



**4.7** Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à Apólice de Seguro, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

**4.8** Indenizar à contratante, em caso de sinistro, até o total da importância segurada em, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega de toda documentação básica.

**4.9** Em caso de atraso no pagamento da indenização, não obstante as penalidades previstas no contrato, o valor será corrigido pela variação do INPC acumulado no período do atraso até a efetivação do pagamento.

**4.10** Informar à contratante, os procedimentos para liquidação dos sinistros, com especificação dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada tipo de cobertura, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Apenas nos casos de dúvida fundamentada e justificável, a contratada solicitará outros documentos.

**4.11** Facilitar o acesso dos fiscais do contrato ou de funcionários por eles designados, aos locais em que estiverem sendo executados os serviços;

**4.12** Executar os serviços em caráter prioritário, em razão do interesse público que os cercam;

**4.13 Informar em contrato e manter atualizados os números de telefone e e-mail, bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários;**

**4.14** Garantir que todas as peças, serviços, procedimentos e instalações de reparos estejam em conformidade com as normas brasileiras (ABNT) e outras aplicáveis à espécie.

**4.15** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;

**4.16** Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

**4.16.1** Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

**4.16.2** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

**4.17** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## **Da contratante**

- 4.18** Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- 4.19** Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da presente contratação;
- 4.20** Efetuar o pagamento ajustado, observadas as condições descritas no instrumento contratual;
- 4.21** Manter, sempre por escrito ou por e-mail com a contratada, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- 4.22** Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 4.23** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes da contratada, facilitando o acesso e esclarecimento de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato;
- 4.24** Receber a prestação do serviço nos prazos e condições estabelecidos em contrato, assegurando-se da perfeita condição da prestação efetuada, responsabilizando a contratada por qualquer dano causado resultante da má execução dos mesmos.
- 4.25** Receber o objeto e conferir as especificações dos serviços com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 4.26** Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido, bem como o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;
- 4.27** Conforme o Art. 262 do Decreto Municipal 936/2023, quando verificado pela empresa contratada que os valores para prestação dos serviços não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis.

**4.27.1** O reequilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:



- I) reajustamento de preços dos contratos; revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;
- II) repactuação de preços (em caso de prestação de serviços contínuos, regulamentados por categorias específicas);
- III) revisão de Contrato ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Sentido Estrito;
- IV) atualização monetária.

**4.28** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **Sanções**

**4.29** Serão utilizadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Valor de Mercado Referenciado**

**5.1** Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 110% (cento e dez por cento) do valor divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, podendo ser consultado pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), ficando vedada a utilização de qualquer outra tabela, salvo a que venha legalmente a substituir a mencionada.

**5.2** Relativamente à ocorrência de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base com base do veículo novo por prazo não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do seu recebimento pela Prefeitura do Município de Apucarana, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por “valor do veículo novo”, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

#### **Da Apólice**

**5.3** A emissão deverá resultar em uma única apólice, com todas as informações usuais pertinentes ao documento para que não reste nenhuma dúvida nem prejuízos por falta de informações ao contratante, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante e deverá ser entregue diretamente na Prefeitura Municipal de Apucarana, no horário normal de expediente, das 08:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira, à exceção de feriados. Nesse caso, juntamente com os cartões de identificação dos veículos no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**5.4** Deverá conter na apólice referenciada impreterivelmente:

**5.4.1** Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;



**5.4.2** Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;

**5.4.3** Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado para cobertura casco de no mínimo 100% (cem por cento);

**5.4.4** Prêmios discriminados por cobertura;

**5.4.5** Franquia aplicável;

**5.5** Limites de indenização por cobertura:

**5.5.1** Responsabilidade Civil Facultativa (RCF)

A) Valor para Indenização de Danos Materiais → R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais);

B) Valor para Indenização de Danos Pessoais → R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais);

C) Valor para Indenização de Danos Morais → R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

**5.5.2** Acidente Por Passageiro (APP)

A) Valor para Indenização de Morte por Pessoa → R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);

B) Valor para Indenização de Invalidez por Pessoa → R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

**5.6** A apólice também deverá ser disponibilizada pela contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

**5.7** Após a disponibilização da referida apólice, o contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de Validade.

**5.8** Para a inclusão por endosso ou para correção de dados como, placa de Veículos, classe de bônus, entre outros, poderá ser solicitado pela contratante a qualquer tempo e a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela contratante.

**5.9** O fato da companhia de seguro deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.



**5.10** A contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste termo de referência.

#### **Da Avaria**

**5.11** Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será tal fato impeditivo para a contratação, sendo excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

**5.12** Após procedimento de recuperação pela contratante durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “cláusula de avaria”.

**5.13** Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de indenização integral.

**5.14** Caso a companhia de seguros deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

#### **Do Aviso de Sinistro**

**5.15** A contratada deverá colocar à disposição do contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, Central de Comunicação para aviso de sinistro.

**5.16** A Central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**5.17** Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**5.18** Havendo a necessidade de reboque, o contratado deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

#### **Da Franquia**

**5.19** A franquia considerada é a normal, devendo ser observado o seguinte:

**5.19.1** A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**5.19.2** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices e não excederá os limites máximos fixados nesta licitação, devendo também ser consideradas as informações e detalhes constantes das mesmas. Conforme análise por veículos e seus devidos bônus (quando houver), poderão ser ofertadas franquias de valores menores.



**5.20** Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação atualizada relativa ao fisco (municipal, estadual e federal), à seguridade social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à companhia de seguros emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**5.20.1** Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

**5.21** Em caso de sinistro, onde a contratante não tenha dado causa ao mesmo, e o agente que bateu no veículo da contratante for o culpado pelo sinistro, deverá ser observado o seguinte:

**5.21.1** Se possuir seguro, esse agente deverá arcar com os serviços a serem executados e com a franquia;

**5.21.2** Se não possuir seguro, o mesmo deverá arcar com a franquia.

### **Salvados**

**5.22** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira Responsabilidade da companhia de seguros.

**5.23** É de inteira responsabilidade da companhia de seguros contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratante junto aos órgãos pertinentes.

### **Dos Sinistros**

**5.24** Dos riscos cobertos: “seguro total”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das Coberturas de Seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

**5.24.1** Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

**5.24.2** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

**5.24.3** Raios e suas consequências.





**5.24.4** Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

**5.24.5** Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

**5.24.6** Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

**5.24.7** Submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

**5.24.8** Em casos de que trata o subitem acima, a companhia de seguros deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

**5.24.9** Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins.

**5.24.10** Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências.

**5.24.11** Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

**5.24.12** Responsabilidade civil facultativa (RCF – danos pessoais).

**5.24.13** Acidentes pessoais por passageiros – APP.

**5.24.14** Acessórios não referentes à som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

**5.24.15** Cobertura dos vidros, lanternas, faróis e retrovisores.

**5.24.16** Cobertura adicional de assistência 24 horas, sem limites de quilometragem, com os seguintes serviços mínimos:

A) Chaveiro;

B) Socorro mecânico emergencial no local;

C) Reboque/guincho ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;

D) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;

E) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

### **Regulação de Sinistro**

**5.25** Ocorrendo sinistro, deverá ser feito o boletim de ocorrência (B.O.) e com o mesmo a companhia de seguros deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo





de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**5.26** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da companhia de seguros, a contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a companhia de seguros arcar integralmente com o ônus da execução.

**5.27** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da contratante.

**5.28** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática e sem cobrança de prêmio adicional.

**5.29** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da contratante, não cabendo à contratada alegar quaisquer impedimentos para liberação da Execução do serviço.

**5.30** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados do aviso de sinistro.

**5.31** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a Companhia de seguros ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

#### **Da Indenização**

**5.32** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da contratada.

**5.33** Os danos materialmente comprovados, causados pela companhia de Seguros ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro, ou minorar o dano, ou salvar a coisa, serão de total responsabilidade da contratada.

**5.34** Na ausência de cobertura específica deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os Danos Materiais comprovadamente causados pela contratante e/ou por Terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### **Da Indenização Integral**

**5.35** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.



**5.36** Em caso de indenização integral, a contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

**5.37** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de Transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade da companhia de seguros.

#### **Do Questionário de Avaliação de Risco**

**5.38** Os veículos são conduzidos exclusivamente por servidores da Prefeitura Municipal de Apucarana, incluindo autarquias e outros órgãos, além do Corpo de Bombeiros, de acordo com suas habilitações de condutores.

**5.39** A região de circulação onde os veículos trafegam habitualmente na maior parte do tempo é na cidade onde se localiza a sede da contratante, podendo circular frequentemente em cidades vizinhas, na capital deste Estado ou em outros Estados do território nacional.

#### **Da Inclusão e Substituição**

**5.40** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

**5.41** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a companhia de seguros deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**5.42** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de DAM, devendo a contratada enviar recibo devidamente quitado à contratante.

**5.43** Caberá à contratante, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a Menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### **Da Exclusão**

**5.44** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à contratante, mediante o cálculo considerando o valor global para 12 (doze) meses de contrato, descontando



o número de meses restantes para o término da apólice, contado a partir da data da comunicação realizada pela contratante à contratada do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**5.45** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

**5.46** O saldo a ser devolvido deverá ser feito mediante impressão e pagamento de DAM, devendo a contratada enviar recibo devidamente quitado à contratante.

### **Condição e local de Entrega**

**5.47** Os serviços de assistência deverão ser executados imediatamente após a contratação da Apólice de Seguros e os Socorros deverão ser efetuados nos locais das ocorrências ou nos locais indicados e solicitados pela contratante.

**5.48** Os veículos que porventura necessitem de manutenção e reparos mecânicos provenientes do objeto deste termo, deverão ser entregues, quando os serviços forem finalizados, no Pátio de Máquinas Municipal, situado à Rua Piratininga, 355 – Jardim Ponta Grossa – Apucarana – PR, salvo comunicado antecipado e por escrito à contratada, para que a entrega seja realizada em outro local.

**5.49** A contratada deverá fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional ao Município.

**5.50** Caberá à contratada responsabilizar-se pela execução do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades que vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Município e a terceiros.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.



### 6.3 São indicados para a fiscalização:

**Gestor:** Wendel Sullivan Metta, Secretário Municipal de Serviços Públicos, portador do CPF nº 080.518.059-17

**Fiscal Técnico:** Carlos Adriano Longo Bueno, Diretor de Manutenção de Serviços Públicos, portador do CPF nº 038.148.389-47.

**Fiscal Administrativo:** Marcos Eduardo Bittencourt Bruce, portador do CPF: 889.624.317-34;

#### **Fiscais Setoriais:**

- ASERFA – Autarquia de Serviços Funerários : Gabriel de Souza Merett, portador do CPF: 082.315.619-27;
- AME - Autarquia Municipal de Educação: João Pedro Polizer Rizzato, portador do CPF: 078.154.129-80

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### **Recebimento do objeto**

**7.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no ato da execução, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos fiscais, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

**7.2** Os serviços e/ou peças poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em tempo hábil, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços, para acréscimo na cobrança de mão de obra e não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

**7.3** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**7.4** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

**7.5** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

**7.5.1** Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- ✓ Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;
- ✓ Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;
- ✓ Certidão de regularidade do FGTS;
- ✓ Certidão negativa de débitos Trabalhistas;

**7.6** Havendo a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

**7.7** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- ✓ o prazo de validade;
- ✓ a data da emissão;
- ✓ os dados do Contrato e do órgão contratante;
- ✓ o período respectivo de execução do Contrato;
- ✓ o valor a pagar; e
- ✓ eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.7.1** A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

**7.7.2** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;



**7.7.3** Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

**7.8** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.9** O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

**7.10** Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções previstas e rescisão do Contrato.

**7.11** O pagamento efetuado pela Prefeitura Municipal de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**7.12** É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

**7.13** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I = Índice de atualização financeira;**

**TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso.**

#### **Forma de pagamento**

**7.14** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



**7.15** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.16** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.17** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR POR LOTE apresentado sobre o valor do Prêmio.

**8.1.1** Apresentar, juntamente com a proposta, planilha de custos referente aos serviços objeto deste processo.

### **Qualificação Técnica**

**8.2** Para fins de habilitação técnica deverá o licitante comprovar os requisitos de praxe estabelecidos pela Superintendência de Licitações conforme descritos na minuta do Edital.

**8.2.1** Atestado de capacidade técnica operacional, em nome da proponente, expedido por pessoa de direito público ou privado, comprovando a prestação dos serviços de Seguro Automotivo contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, vidros (incluindo lanternas faróis e retrovisores) e Assistência 24 horas.

**8.3** Comprovação de Registro/Habilitação atualizada da Companhia de Seguros para o exercício da atividade no ramo de Seguro Automotivo, pertinente ao objeto da licitação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – SUSEP.



## Estimativas do valor da contratação

**8.4** O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Apucarana é de **R\$ 1.251.467,78 (Hum milhão, duzentos e cinqüenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos)**, conforme detalhado na tabela do Estudo Técnico.

**8.5** Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supra colacionada, o preço máximo foi obtido através da mediana de todos os preços obtidos nas pesquisas e cotações realizadas e apresentados através do mapa de preços anexado ao processo.

**8.6** Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**9.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Superintendência de Planejamento.

## 10. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

**10.1** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- A) “Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do Contrato;
- B) “Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do Contrato;
- C) “Prática colusivas”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- D) “Prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato.





E) “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da unidade gestora, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do Contrato vinculado ao mesmo, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da unidade gestora promover inspeção.

**10.2** Qualquer usuário ou cidadão poderá, a qualquer tempo, denunciar irregularidades no faturamento ou na prestação dos serviços ora contratados.

**Município de Apucarana, 10 de Julho de 2025.**



Assinado digitalmente por:  
WENDEL SULIVAN METTA  
080.518.059-17

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**WENDEL SULIVAN METTA**  
Gestor do Contrato



Assinado digitalmente por:  
CARLOS ADRIANO LONGO  
BUENO  
038.148.389-47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**CARLOS ADRIANO LONGO BUENO**  
Fiscal Técnico



Assinado digitalmente por:  
MARCOS EDUARDO  
BITTENCOURT BRUCE  
889.624.317-34

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**MARCOS BRUCE**  
Fiscal Administrativo



Assinado digitalmente por:  
GABRIEL DE SOUZA MERETT  
082.315.619-27

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**GABRIEL DE SOUZA MERETT**  
Fiscal Setorial

**JOÃO PEDRO POLIZER RIZZATO**  
Fiscal Setorial



Assinado digitalmente por:  
JOÃO PEDRO POLIZER  
RIZZATO  
078.154.129-80

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP - Rua Piratininga nº 355 – Jardim Ponta Grossa**  
CEP 86804-140 - (43) 3422-4000/3308-1400 – Ramais: 550/551/552 | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)

